A MATÉRIA HUMANA

Ensaios sobre ciência, saúde e condição humana

ENSAIO ESPECIAL

O fim da infância

Uma carta ao Antônio — e à mulher que precisei reencontrar depois de me tornar mãe

Por Priscila Menegazzo

Talvez aquilo que chamamos de identidade seja apenas um intervalo suficientemente longo para parecer destino.

Antônio,

talvez um dia você leia estas palavras quando já não for a criança para quem eu as escrevi.

E talvez isso seja exatamente o que preciso aprender a aceitar.

Passei muito tempo acreditando que ser sua mãe significava protegê-lo das perdas. Demorei mais para perceber que crescer é também perder sucessivamente aquilo que fomos — e que uma das tarefas mais difíceis de amar alguém é permitir que ele deixe de ser a pessoa que aprendemos a amar sem interpretar sua transformação como abandono.

Arthur C. Clarke imaginou, em *O Fim da Infância*, uma humanidade confrontada com uma possibilidade perturbadora: talvez aquilo que chamamos de ser humano não seja a forma definitiva da inteligência.

Talvez sejamos uma passagem.

Um estágio.

Um intervalo.

No romance, essa transformação realiza uma possibilidade extraordinária da espécie ao mesmo tempo em que ameaça dissolver aquilo que reconhecemos como propriamente humano.

Há evolução.

Mas há também desaparecimento.

Foi essa ambiguidade que permaneceu comigo.

Não porque eu acreditasse que a maternidade pudesse ser comparada ao destino cósmico imaginado por Clarke.

Mas porque reconheci naquela pergunta algo profundamente íntimo:

podemos chamar de evolução uma transformação que exige o desaparecimento daquilo que éramos antes dela?

Quando você nasceu, alguma coisa em mim terminou.

Isso é verdade.

Mas durante muito tempo cometi o erro de acreditar que tudo aquilo que existia antes de você deveria terminar também.

Tornei-me mãe.

E, por algum tempo, essa frase pareceu suficientemente grande para explicar todas as outras.

Eu era mãe quando acordava.

Quando trabalhava.

Quando escolhia.

Quando desistia.

Quando comprava alguma coisa.

Quando precisava sair.

Quando queria ficar.

Era mãe quando estava perto de você e, de uma maneira talvez ainda mais intensa, quando estava longe.

A palavra adquiriu uma força gravitacional capaz de atrair para si quase todas as outras definições.

Até que, em algum momento, tentei olhar novamente para Priscila.

E senti culpa.

Não era exatamente culpa por uma ausência concreta.

Você não estava abandonado.

Nenhuma necessidade fundamental deixava de ser atendida.

Não havia um acontecimento objetivo capaz de explicar aquele desconforto.

A culpa aparecia diante do desejo.

Desejo de estudar.

De escrever.

De construir alguma coisa que começasse em mim.

De pensar durante horas sobre um assunto que não estivesse relacionado à maternidade.

De recuperar interesses que existiam antes de você e descobrir outros que nasceram depois.

De realizar alguma coisa cuja justificativa pudesse ser simplesmente:

eu quero.

E era justamente aí que alguma pergunta silenciosa surgia:

quanto de mãe eu deixaria de ser ao voltar a ser Priscila?

Hoje percebo a estranheza da pergunta.

Naquele momento, não percebia.

Existe uma diferença enorme entre saber racionalmente que uma mulher continua sendo uma pessoa depois que se torna mãe e conseguir viver de acordo com essa evidência sem sentir que está retirando algo de alguém.

Eu sabia que continuava existindo.

O que eu não sabia era se minha existência separada ainda era inteiramente legítima.

Talvez a maternidade seja uma das experiências mais radicais de deslocamento do observador.

Antes de um filho, há uma fronteira relativamente compreensível entre nós e o restante do mundo.

Podemos amar profundamente outras pessoas. Podemos cuidar, renunciar, pertencer.

Mas o nascimento de uma criança perturba essa geometria.

Durante algum tempo, sua sobrevivência depende quase inteiramente de outros corpos.

Seu sono altera o nosso.

Sua fome reorganiza horários.

Seu choro atravessa qualquer teoria sobre autonomia.

Há períodos em que a fusão entre mãe e filho não é uma metáfora romântica.

Ela é biológica.

Logística.

Psíquica.

Afetiva.

Necessária.

Talvez o problema comece quando aquilo que foi necessário durante uma etapa passa a ser interpretado como uma obrigação moral permanente.

A criança cresce.

A relação se transforma.

Mas a ideia de disponibilidade absoluta pode permanecer congelada.

Então a dependência diminui enquanto a vigilância continua.

E, algumas vezes, continua também a suspeita de que toda fronteira reconstruída seja uma espécie de abandono.

Foi assim que comecei a confundir presença com desaparecimento.

Uma hora dedicada à escrita parecia uma hora retirada de você.

Um projeto pessoal parecia competir com alguma necessidade infantil, mesmo quando nenhuma necessidade estivesse sendo negligenciada.

Uma realização profissional ou intelectual precisava provar não apenas seu valor, mas também sua inocência.

Era necessário demonstrar que aquele movimento em minha direção não produziria dano na sua.

Curiosamente, o inverso quase nunca exigia a mesma defesa.

Ninguém perguntava quanto de Priscila poderia desaparecer para que a maternidade ocupasse mais espaço.

Talvez exista alguma coisa importante nessa assimetria.

Porque somos capazes de reconhecer imediatamente a legitimidade do sacrifício de uma mãe.

Temos mais dificuldade de reconhecer, com a mesma naturalidade, a legitimidade de seu desejo.

Ela pode trabalhar.

Pode estudar.

Pode viajar.

Pode escrever.

Pode criar.

Pode querer.

Mas seu desejo frequentemente parece submetido a uma espécie de auditoria moral.

É como se, depois da maternidade, desejar alguma coisa para si exigisse uma justificativa adicional.

Não basta:

eu quero.

É preciso acrescentar:

e ninguém será prejudicado por isso.

Como se o desejo de uma mãe fosse uma variável potencialmente perigosa.

Foi então que *O Fim da Infância* começou a significar outra coisa para mim.

No romance de Clarke, aquilo que parece uma expansão extraordinária da humanidade implica também a dissolução daquilo que conhecíamos como indivíduo.

Existe transcendência.

Existe também perda.

E o romance se recusa a tornar essa passagem confortável.

Porque uma transformação não se torna necessariamente boa apenas por conduzir a alguma coisa maior.

Há uma pergunta anterior:

o que precisou desaparecer para que ela acontecesse?

Minha maternidade havia sido uma expansão real.

Você ampliou minha experiência de amor, vulnerabilidade, responsabilidade, medo, tempo e futuro.

Existe uma pessoa que só nasceu em mim porque você nasceu.

Mas, durante algum tempo, eu tratei essa expansão como se ela exigisse uma amputação correspondente.

Tornar-me mais mãe parecia exigir tornar-me menos alguma outra coisa.

Menos mulher.

Menos profissional.

Menos intelectual.

Menos curiosa.

Menos individual.

Menos Priscila.

E talvez tenha sido esse o meu próprio fim da infância.

Não o momento em que me tornei mãe.

Mas o momento em que compreendi que **transformação e desaparecimento não precisam ser sinônimos**.

Existe uma espécie de infância na maneira como pensamos identidade.

Imaginamos que exista um “eu” central, relativamente estável, ao qual acrescentamos novos papéis.

Filha.

Profissional.

Esposa.

Mãe.

Autora.

Como se identidade fosse uma coleção organizada de definições e bastasse adicionar uma palavra nova sem alterar o restante.

Não foi assim.

A maternidade modificou a arquitetura inteira.

Abriu lugares que eu não sabia que existiam.

Moveu paredes.

Deslocou prioridades.

Mudou inclusive a posição de onde observo o mundo.

Mas durante algum tempo confundi transformação com substituição.

Procurei a mulher que existia antes de você como quem procura uma fotografia antiga.

Queria saber onde ela havia ido.

A resposta demorou.

Ela não tinha ido embora.

Mas também não existia mais exatamente daquela forma.

E isso talvez seja uma das coisas mais difíceis de aceitar sobre as grandes experiências da vida:

não voltamos.

Mesmo quando reencontramos partes de quem fomos, voltamos diferentes para encontrá-las.

Então compreendi que talvez a pergunta nunca tivesse sido:

como voltar a ser quem eu era antes de ser mãe?

A pergunta era outra:

quem é a mulher que existe depois de ter se tornado mãe e que ainda possui o direito de continuar se tornando?

E aqui, Antônio, você aparece novamente.

Porque enquanto eu tentava compreender meu direito de mudar, havia aceitado desde o seu nascimento que você mudaria.

Eu sabia que o bebê desapareceria.

Depois desapareceria a criança pequena.

Um dia desaparecerá também o menino que agora conheço.

Virão versões suas que ainda não consigo imaginar.

Haverá interesses que não escolhi.

Ideias que não ensinei.

Pessoas que você amará sem que eu tenha qualquer participação nisso.

Talvez existam escolhas que eu não compreenderia fazendo para mim.

E algum dia você provavelmente precisará afastar-se de algumas versões que construí de você.

Espero que, quando isso acontecer, eu tenha aprendido a não chamar sua transformação de perda.

Porque talvez uma das formas mais silenciosas de aprisionar alguém seja amá-lo tanto em uma determinada forma que ele passe a sentir culpa por se tornar outra.

Não quero isso para você.

E foi justamente aí que encontrei uma contradição difícil de ignorar.

Se desejo preservar em você o direito de se transformar, como poderia negar a mim mesma o mesmo direito?

Se quero que sua identidade permaneça aberta, como poderia considerar a minha encerrada no instante em que você nasceu?

Se não desejo escrever o seu destino, por que deveria aceitar que a maternidade tivesse escrito definitivamente o meu?

Talvez seja aqui que minha história se afaste de Clarke.

Em *O Fim da Infância*, a passagem para aquilo que vem depois implica uma ruptura radical com aquilo que existia antes.

Eu não quero essa espécie de transcendência.

Não quero uma evolução que precise apagar.

Nem para você.

Nem para mim.

Quero acreditar que existe uma forma de transformação na qual aquilo que nasce não precise justificar-se pela destruição daquilo que veio antes.

Que uma mulher possa tornar-se mãe sem deixar de continuar sendo mulher.

Que uma mãe possa tornar-se autora sem precisar provar que continua amando o filho.

Que uma criança possa crescer sem sentir que sua independência representa ingratidão.

Que duas pessoas possam amar-se profundamente sem que uma precise existir como extensão da outra.

Talvez amadurecer seja justamente aprender essa diferença.

Você não é uma extensão de mim.

E eu não sou uma extensão de você.

Somos duas pessoas cuja existência se tornou profundamente entrelaçada.

Isso é diferente.

E talvez seja ainda mais bonito.

Foi então que compreendi algo sobre o nome que havia escolhido para outro trabalho meu:

Intervalo Aberto.

Um intervalo costuma ser aquilo que existe entre duas coisas definidas.

Entre antes e depois.

Entre uma certeza e outra.

Mas um intervalo aberto não conhece antecipadamente o segundo termo.

Ele permite que alguma coisa permaneça em movimento antes de ser transformada em conclusão.

Talvez sejamos exatamente isso.

Você.

Eu.

Todos nós.

Intervalos suficientemente estáveis para reconhecermos a nós mesmos e suficientemente abertos para ainda podermos mudar.

Talvez aquilo que chamamos de identidade não seja um destino.

Talvez seja apenas uma configuração provisória daquilo que estamos nos tornando.

E talvez parte do amor consista justamente em não fechar prematuramente esse espaço.

Antônio,

não sei quem você será.

E estou começando a entender que isso não é uma falha da maternidade.

É uma condição dela.

Posso conhecer profundamente a criança que você é hoje e ainda assim não possuir qualquer autoridade sobre todas as pessoas que existirão dentro do seu futuro.

Meu trabalho talvez não seja descobrir antecipadamente quem você será.

Talvez seja proteger, durante algum tempo, as condições para que você possa descobrir.

E talvez eu finalmente precise oferecer a mim mesma a mesma possibilidade.

Eu também ainda não terminei.

Minha maternidade não foi o fim de Priscila.

Foi o fim de uma versão dela.

Assim como sua infância um dia terminará sem que você termine junto com ela.

Hoje consigo olhar para isso de maneira diferente.

Não preciso escolher entre a mulher e a mãe.

Não preciso recuperar exatamente quem fui.

Não preciso abandonar quem me tornei.

Posso continuar.

Talvez esse seja o significado mais humano que consigo encontrar para evolução:

transformar-se sem exigir a própria extinção.

E talvez seja essa a coisa que eu mais queira ensinar a você — e que ainda estou aprendendo a ensinar a mim mesma.

Não tenha medo das versões de você que precisarão terminar.

Mas não permita que ninguém transforme uma delas em destino.

Nem mesmo eu.

Porque amar alguém não significa saber antecipadamente quem essa pessoa deve se tornar.

Às vezes, amar é justamente deixar espaço.

Observar.

Esperar.

E manter o intervalo aberto.

Para você.

E, finalmente, para mim também.

Priscila Menegazzo
A Observadora

Entre a precisão da ciência e a complexidade da vida.

Sobre este ensaio

O fim da infância nasce do encontro entre uma experiência pessoal de maternidade e a pergunta filosófica proposta por Arthur C. Clarke em *Childhood's End*: o que permanece de nós quando uma transformação modifica aquilo que reconhecíamos como nossa própria identidade?

Este texto integra A Observadora — Ensaios sobre ciência, saúde e condição humana e estabelece um diálogo com Intervalo Aberto, obra autoral em desenvolvimento.